



## ***Curupira: sobre experiências cartoneras a partir do nosso curso de Letras***

**Flavia Braga Krauss de Vilhena\***

Temos pensado o livro cartonero como um produto cultural que surge no cenário latino-americano a partir do nascimento de Eloísa Cartonera, na Buenos Aires de 2003, possibilitando uma outra relação com o objeto livro e abrindo espaço a outras identificações e conexões com o dito objeto. Entendemos que tais identificações possuam potência a ponto de lermos essa cooperativa como um acontecimento discursivo que rompe com determinada série do que seria produzir e publicar livros na América Latina, instaurando outra em seu lugar (Vilhena, 2016). Isso posto, no presente trabalho objetivamos narrar o aparecimento de uma editora que funciona como projeto de extensão no curso de Letras da Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), campus de Tangará da Serra, a *Curupira Cartonera*. Nesta reflexão, ainda, analisaremos alguns aspectos de seu funcionamento, bem como algumas facetas do processo e das reverberações de uma oficina realizada durante o II Congresso de Línguas Indígenas do Mato Grosso, realizado em Barra do Bugres – uma cidade vizinha à nossa –, entre os dias 28 e 30 de novembro de 2018.

### **Contextualização: onde estamos**

Mato Grosso, o estado onde construímos vida, trabalhamos e vivenciamos a experiência da *Curupira Cartonera* aqui relatada, foi palco de uma política de integração nacional, sobretudo entre os anos de 1964 e 1985, período relativo à última ditadura militar brasileira, espaço de tempo dentro do qual as práticas governamentais promoveram um tipo de migração que se pretendia controlada para as novas frentes de expansão no interior do Brasil. Assim, apesar dessa região já estar ocupada, não estava devidamente contemplada no plano desenvolvimentista assumido pelo governo federal brasileiro. Como nos conta a historiadora Custódio (2014), no interior desse contexto maior de avanço das novas fronteiras agrícolas:

Tangará da Serra emerge como parte integrante de um processo de (re)ocupação que teve ligação direta com o movimento de expansão da fronteira, considerada a frente de expansão da sociedade nacional sobre territórios já ocupados por povos indígenas e por atores sociais diversos (Custódio, 2014, p. 13).

---

\* Flavia Braga Krauss de Vilhena é doutora em Letras pela Universidade de São Paulo (USP) e professora de língua espanhola pela Universidade do Estado do Mato Grosso (UNEMAT), no campus de Tangará da Serra, desde 2006. [flaviakrauss@unemat.br](mailto:flaviakrauss@unemat.br)

A partir do exposto, consideramos inclusive que o termo avanço das “novas fronteiras agrícolas”, bastante utilizado no discurso de ocupação, desemboca em um efeito de sentido que acaba por invisibilizar os povos originários em detrimento da chegada do novo, do progresso, do avanço, da exploração, como termos positivados independente de seu contexto. No contexto relatado e no interior dessa rede de sentidos é que Tangará da Serra acabou se emancipando politicamente em 1976; e, hoje se destaca como um polo comercial cuja economia se sustenta no comércio e na prestação de serviços, em uma região que se destaca pela plantação de soja e cana-de-açúcar.

Desde 2006, sou professora do curso de Letras dessa cidade. Recordo-me que ainda no meu primeiro mês de trabalho, um colega de departamento, percebendo um pouco do meu descontentamento com o ambiente, me aconselhava: “caso queira a revolução, você não pode permanecer aqui no interior”. Alguns anos depois, pedi para que ele me explicasse melhor o conselho. Ele me contou que Marx explicava que os modos de produção criavam não somente mercadorias, mas, sobretudo, subjetividades. Nesse sentido, uma localidade com um modo de produção conservador, forjaria mentalidades e modos de vida conservadores. Meu colega também me lembrou que todos os levantes e revoluções brasileiras haviam surgido no litoral, sendo massacrados quando adentravam o interior do país. Essa explicação nunca me saiu da cabeça; a ela voltaremos.

### **A Curupira Cartonera**

Curupira é uma cartonera que aparece na esteira de outras cartoneras latino-americanas que conhecemos. Em 2016, por ocasião da visita da poeta e editora Elizabeth Cárdenas, representante de La Joyita Cartonera, uma editora chilena, os alunos do curso de Letras tiveram seu primeiro contato com esse formato editorial, inclusive participaram de algumas oficinas de encadernação oferecidas gratuitamente por nossa visitante.



Imagem 1 - Grupo de alunos ao término de uma oficina de leitura literária e encadernação

Já em 2017, traduzimos duas obras do catálogo de *Eloísa Cartonera* e fizemos um trabalho autobiográfico com os alunos, em língua espanhola. O lançamento das traduções e da apresentação do trabalho feito pela cartonera foi realizado na Biblioteca Pública Municipal, por ocasião das comemorações da semana do livro.

Sobre o processo de tradução literária, fazemos notar que esse foi, de acordo com depoimentos dos próprios alunos, a primeira leitura de um livro completo que realizaram. E realizaram já na qualidade de tradutores. De fato, entendo que tenham vivido o processo como algo tão tocante, a ponto de um grupo de alunas ter decidido levar a tradução, em mãos, para os autores, Damián Ríos e Washington Cucurto,

em Buenos Aires. Nesse momento, também puderam conhecer as premissas e os modos de trabalho praticados no ateliê de Eloísa Cartonera.



Imagem 2 - As alunas que participaram da fundação de Curupira Cartonera juntamente com Paloma Celis Carbajal, bibliotecária entusiasta das edições cartoneras, organizadora do Encuentro de Winsconsin, o primeiro encontro internacional cartonero.

A partir desses acontecimentos, começamos a nos organizar e a trabalhar, já batizados como Curupira Cartonera. Hoje, somos um grupo de pessoas, professoras, alunas, interessadas no trabalho coletivo e na circulação de ideias contra hegemônicas. Talvez, possamos dizer que somos um projeto editorial. Temos uma proposta que gravita ao redor de três eixos de publicação: 1) a tradução de obras da literatura contemporânea cartonera escrita em língua espanhola; 2) a lembrança, a transcrição e a divulgação de narrativas fundacionais indígenas de nosso estado; e 3) a circulação de literatura produzida em nossa cidade. Por enquanto é isso.

Parece que temos nos reinventado com o passar dos meses.

Até o presente momento, a Curupira publicou dois livros de poetas de nossa cidade: “Chá com Silêncio”, de Eduardo Fonseca; e, “Hamares”, de Flavia Krauss de Vilhena; um livro de receitas, “Livro de Culinária da Dona Nega”, de Nerilda Corato; e, um foto-livro com poemas sobre Tangará da Serra, “Poaia”, de João Vitor Ormond Sampaio e Alexandre Rolim. Também possuímos três traduções finalizadas: “Néstor Vive”, de Washington Cucurto, “Habrá que poner la luz”, de Damián Ríos e “Gaby y el Amor” de Salvadora Medina Onrubia; outras já estão na linha de produção.



Imagem 3- Alguns livros da Curupira Cartonera

Tendo nos apresentado e contado um pouco do lugar no qual funcionamos, passaremos a uma análise de caso-oficina.

### Há oficinas

Além do intuito de publicar, uma das vertentes de ação da Curupira se baseia na oferta de oficinas: lembranças, sensibilização literária, encadernação. Nesta reflexão, mais especificamente, analisaremos algumas facetas do processo e das reverberações de uma oficina realizada durante o II Congresso de Línguas Indígenas do Mato Grosso, realizado em Barra do Bugres, entre os dias 28 e 30 de

novembro de 2018. A oficina aqui narrativizada se intitulou “Narrativas fundacionais indígenas: uma coletânea cartonera” e realizou um trabalho de rememoração de algumas narrativas fundacionais de cada etnia presente, conferindo-lhes um estatuto de literário. Pois, chegemos mais perto do trabalho realizado, esclarecendo que todas as interpretações feitas neste texto, que se pretende narrativo, são germinais, quase intuitivas e, merecem/precisam de maior aprofundamento teórico.

### **O “mãos à obra”**

Chegamos em um colégio agrícola, onde a oficina iria ser ministrada, um pouco antes das 13h15. A oficina começaria às 14 horas. Os indígenas participantes do evento estavam justamente hospedados nesse colégio, muitos deles conversando, sentados em umas cadeiras, para fora do alojamento. Nosso trabalho se desenvolveu no refeitório dessa escola pública já em desuso, quase abandonado: um espaço aberto, com muito ar, porém, quente, quase escuro. Época de chuvas aqui em Mato Grosso é assim mesmo.

Fomos, juntamente com o professor Leandro Polastrini e as alunas Gislaine Fortunato e Maryssol Gonçalves, organizando o espaço: um círculo bem grande feito de cadeiras ao redor de algumas mesas gigantes, em um espaço que nos remetia às refeições coletivas. Os materiais comprados para a oficina foram sendo organizados no centro dessas mesas, de um modo que os participantes pudessem se sentir atraídos pela disposição do espaço, dos materiais.

Eles foram chegando aos poucos, em pequenos grupos, conversando bem baixinho, sem a algazarra típica dos eventos dos quais costumamos tomar parte, aparentavam ter timidez e não ter pressa. Pedi para que se sentassem ao redor das mesas. Cumprimentei, agradei a presença de cada um e pedi para que me contassem o que esperavam de uma oficina intitulada “cartonera”. O que vocês acham que vamos fazer aqui? Foram muitos que responderam rapidinho: “cartilha”. Outros disseram: “escrever cartas”. Uns quatro: “confeccionar material didático”.

As respostas me fizeram rir; existiu um deslocamento inesperado entre a resposta que eu imaginava e as que ganhei. Não esperava tanto pragmatismo na fala dos indígenas, mas imediatamente enxerguei uma instrumentalização do fazer cartonero ecoando de modo urgente em seu pedido. “Queremos produzir nosso próprio material didático” foi uma frase escutada também em outros momentos da oficina. Na sequência dessa chuva de ideias iniciais, na qual fizemos uma interpretação da palavra “cartonera” que figurava no cartaz que publicizava a oficina, pedi para cada um se apresentasse. Começamos pelos participantes que estavam sentados do meu lado direito. Quando chegamos no quinto participante - um

senhor que atendia pelo chamado de Senhor Jaine -, ele disse que trouxe uma carta para nos ler. Nessa carta, ele se apresentava, falava sobre seu povo, os Negarotê, sobre seus costumes, sobre sua educação, sobre o que estavam fazendo e o que esperavam desse evento do qual estavam tomando parte. A carta estava escrita em português, mas tínhamos um pouco de dificuldade em entender o que era lido, em partes pela acústica do refeitório no qual estávamos trabalhando. Chamou-me atenção a formalidade e o posicionamento politizado do Senhor Jaime diante do pedido informal de apresentação.

Continuamos: o público era composto em sua maioria por professores, autoridades educativas e até políticas, como um cacique. O cacique se lamentava muito porque seu filho não havia podido estar também na oficina. Segundo ele, é um menino muito inteligente e já havia participado de duas outras oficinas. Como o menino não pode participar, ele havia trazido a sogra. Esse desejo-sentimento de se estar em família acabou por ressoar em outros momentos da oficina, chegando inclusive a nomear a obra construída pelos participantes, “Entre parentes: conhecendo as culturas dos nossos povos”. Como nos explicava um professor, os laços de parentesco são laços políticos para essas comunidades sendo que o fazer política consiste em ampliar os laços de parentesco. Em nossa interpretação, uma leitura possível tanto para a fala do cacique quanto para a do Sr. Jaine seja a de que os momentos que interpretamos meramente como pedagógicos, sejam vistos por eles como profundamente políticos. Também consideramos de forte cunho político o pedido pragmático de “Queremos fazer nosso próprio material didático”.

Deixemos as digressões interpretativas de lado: as narrativas começaram a serem lembradas; nosso trabalho consistia em, oralmente e de modo a conectar o grupo, tecer aproximações e distanciamentos entre as diferentes versões contadas por cada um dos participantes.



Imagem 4 – o grupo completo, no momento da apresentação da oficina

Na sequência, pedi para que se subdividissem respeitando critérios culturais; foram eles próprios quem deram a ideia de que a divisão respeitasse a etnia de cada um. Com relação aos Negarotê existiu um momento de indecisão, foi a professora Maria de Fátima, que os acompanhava, quem efetuou uma divisão de acordo com princípios geográficos: no fim, descobrimos que essa divisão geográfica, historicamente já havia desembocado em algumas classes de negarotê.





Imagem 5 - A aluna Maryssol Gonçalves auxiliando o grupo dos Negarotê

Deu-se início aos trabalhos nos pequenos grupos, as alunas do curso de Letras trabalharam ativamente nessa etapa de rememoração não compartilhada coletivamente. É da aluna Maryssol Gonçalves o trecho que aparece na sequência:

A professora Flavia me pediu para trabalhar com um pequeno grupo de jovens Negarotê auxiliando eles a escreverem uma história de sua aldeia. Conversamos um pouco e a história foi se mostrando pra gente, decidimos narrar o que seria “O Surgimento das Plantas”, uma história que conta o início das plantações - roça na aldeia deles, e que depois alimenta outra história que é conhecida como o flauto-mágico. Todo o tempo foi bem trabalhoso colocar no papel, pois é como se a história caminhasse paralela, tinha a impressão que na forma de pensar deles não havia começo, nem meio ou fim, tudo acontecia ao mesmo tempo.

Conforme nos relata Maryssol, o que temos, a partir dessa representação, e que se confirma na narrativa coletada-construída, é que esse grupo indígena, ao estabelecer uma relação outra com o tempo acaba por entender que todas as coisas se sucedem concomitantemente sem que entre elas exista alguma relação de subordinação. Assim, o relato vai sendo contado linearmente, sem que exista uma tensão narrativa que culmine em um ponto alto:

Procurei fazer um trabalho de organização e estruturação, mas sem influenciar na narrativa ou na própria história. Todo o tempo o grupo lembrava de detalhes que discutíamos e chegávamos a decisão de que era importante colocar e daí se fazia necessário a colocação de mais um parágrafo atrás do 2º ou 3º que já estávamos escrevendo, isso deixou tudo meio remendando no rascunho, mas ficou tudo certo ao passar a limpo para a versão final.

Como não existia uma hierarquia entre os distintos acontecimentos, a impressão que tínhamos é que as histórias paralelas iam brotando à medida em que avançávamos na escritura da história principal.

Em nossa leitura vivencial, um outro ponto digno de registro é a situação de bilinguismo na qual trabalhamos neste dia de oficina; bilinguismo esse que foi a tônica do produto final:

A professor Sabrina discutia na língua deles todos os detalhes e percebia que entre eles estavam organizando também a história, depois traduzia pra mim e escrevia em português. A língua Negarotê ainda não foi “transcrita” e eles somente falam, e escrevem em português.

A partir do observado e também do registrado pela aluna Maryssol, os indígenas conversavam entre eles em sua língua materna para, na sequência, escreverem em língua portuguesa. Conforme vislumbramos ao ministrar a oficina, ao folhear o livro e ao também ler os relatos das alunas envolvidas, percebemos que foi com extremo esmero que realizaram a empreitada proposta, utilizando-se sempre da confecção de um rascunho antes de realizarem a versão final:

Uma coisa que notei, diferente da nossa cultura, os participantes preferiam fazer tudo primeiramente a lápis, sempre um esboço daquilo que pretendiam registrar, mas mesmo assim com muito capricho, apagavam quantas vezes achavam necessário e refaziam até ficar como desejavam.



Imagem 6 – processo de revisão de uma narrativa nambikuara, já publicada na internet

Ainda sobre o esmero com o qual se empenharam na proposta, durante a oficina todos tivemos a impressão de que talvez o tempo não fosse suficiente para o projeto que havíamos proposto: os participantes nunca finalizavam a tarefa proposta, devido ao perfeccionismo que colocavam no trabalho. Uma única exceção se deu com os Nambikuara Alantesu, que, em nossa interpretação, não coincidentemente estavam coordenados por uma professora não-indígena. A leitura que fazemos é que esse grupo, ao estarem sob uma tutela, interpretaram a tarefa como apenas mais uma demanda escolar burocratizada, na qual não colocaram seus corpos de modo comprometido com o produto final. Durante todo o tempo de confecção da oficina, notamos que essa professora era quem os organizava, a partir de um movimento que infelizmente os infantilizava, já que não acreditava no potencial deles. Quando eu percebi que era a professora Fátima quem estava passando a limpo o texto dos indígenas eu lhe perguntei: “Você não acha mais bacana deixar que eles mesmos passem a limpo o trabalho que fizeram?” Com bastante ira, ela me respondeu: “Eu acho bacana, mas vejam o que eles fazem” – enquanto me mostrava um texto sem uma sequência compreensível. Na verdade, ela havia dividido o texto e pedido para que eles passassem a limpo, na hora de juntar as partes, não existia um encaixe possível entre as diferentes partes do texto.

Outra coisa que também notamos, juntamente com nossas alunas do curso de Letras, é que os indígenas, ao não estarem sob a tutela de ninguém hierarquicamente superior, se auto-organizavam com muito menos atritos e indecisões do que costumam organizar-se os não-indígenas. Naquele momento, interpretamos que tudo se passava como se cada um encontrasse com grande facilidade o trabalho que mais lhe aprazia entre os trabalhos possíveis, dividindo as tarefas de um modo bastante responsável e comprometido com o coletivo, como novamente nos relata a aluna Maryssol:

A divisão dos trabalhos dentro do grupo também me pareceu bastante natural, como que se cada um fizesse o que desejava e depois era agrupado no final, tudo muito fluído. Quem gostava de desenhar desenhava, quem gostava de escrever, escrevia. Também notei um respeito muito natural aos mais velhos e as “autoridades” de professor, sejam os que vieram das aldeias ou nós do grupo da oficina, e o Cacique da aldeia. São de modo geral muito tímidos e tranqüilo.

Somente hoje, com uma distância de mais de um ano de realização da oficina é que percebemos que não sabemos se realmente “quem gostava de desenhar, desenhava”, como aparece no relato da aluna, como interpretamos naquele momento. Bastante evidente era que todos estavam bastante envolvidos com o trabalho feito no coletivo, a ponto de naquele momento lermos nesse comportamento que cada um estava escolhendo o que gostaria de fazer. A hipótese que lanço aqui é que talvez os quereres passem por outros lugares, subordinados à uma lógica do coletivo, nos grupos indígenas. Mas essa é já uma conversa para outra reflexão.

Chamamos também a atenção para um grupo de mulheres que fez questão de fazer um glossário língua indígena/língua portuguesa, como aparece na foto abaixo, mesmo que não tenhamos pedido em nenhum momento que realizassem o dito trabalho. Inclusive chegamos a dizer que a ideia seria que rememorássemos narrativas fundacionais, entretanto, as alunas insistiram em confeccioná-lo tal como aparece na próxima imagem. Talvez, porque esse gênero discursivo já fosse um velho conhecido sempre trabalhado nas oficinas nas quais se propõe um trabalho cultural.

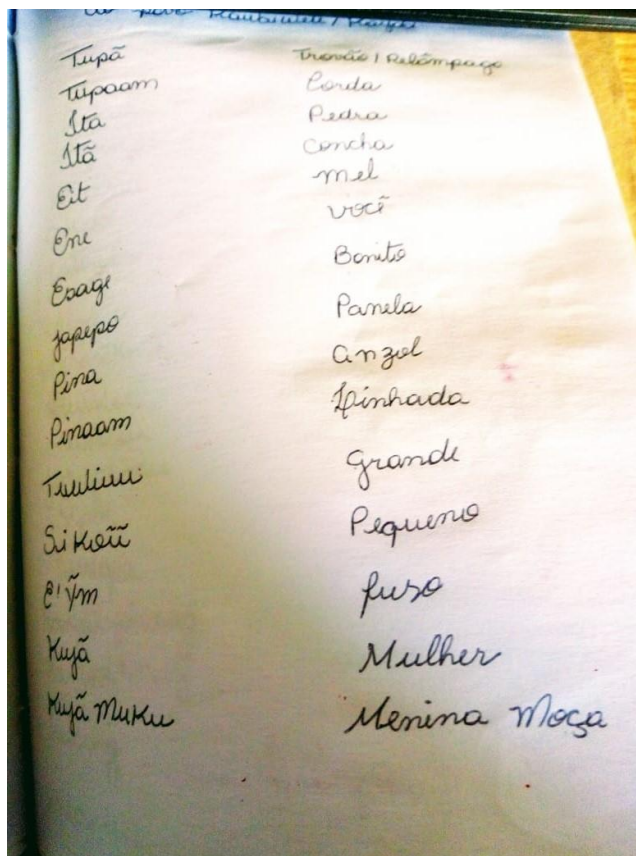


Imagem 7 - Glossário bilingue construído por uma das participantes da oficina

Outro fator que nos pareceu interessante – a mim e às alunas, conforme conversamos em reuniões de nosso grupo de estudos realizados na sequência da oficina – e que me parece importante de ser mencionado é que sem nenhuma exceção todos ilustraram seu trabalho, não poupando tempo investido nesse passo da confecção livresca, o que nos leva a hipotetizar que esses grupos indígenas sejam mais imagéticos que nós, o grupo de não-indígenas que propusemos a atividade.

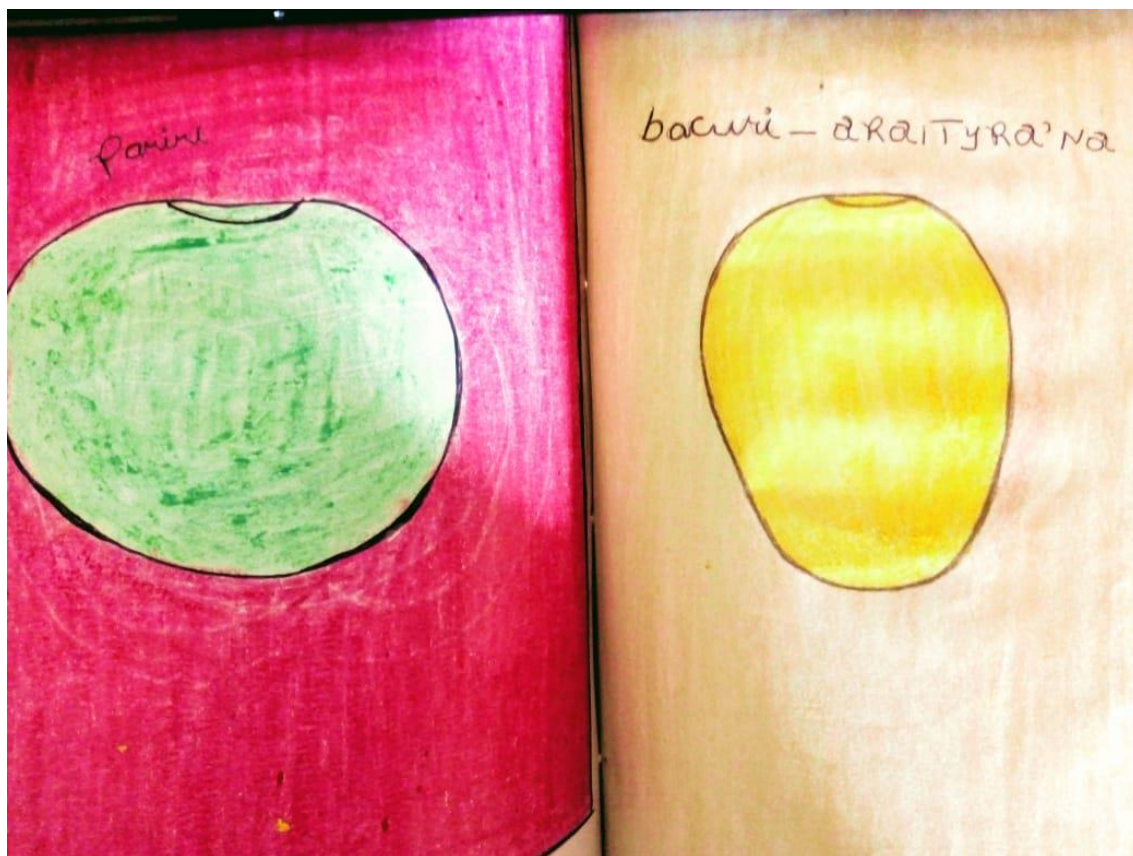


Imagem 8 - Ilustrações dos participantes



Imagem 9 - Ilustrações dos participantes

Na sequência da confecção de nossa obra, em uma assembleia, nomeamos a coletânea destes textos de: “Entre parentes: descobrindo a diversidade cultural de cada povo”; e, realizamos uma oficina cartonera. O trabalho resultou em um livro com narrativas nas quais se contavam as origens míticas de seu povo, das plantações, dos peixes: alguns escreveram em português, outros na língua indígena, outros nas duas línguas.



Imagem 10 – Eu, a professora Flavia, com as alunas Gislaine e Maryssol, satisfeitas com os encontros e com os processos

O lançamento da obra foi feito no último dia do evento. Nessa ocasião, cada um pode falar um pouco sobre a narrativa escolhida e registrada. Uma semana após a realização desse trabalho, recebemos notícias de que alguns indígenas, ao retornarem para suas aldeias, já haviam replicado a experiência, o que vai ao encontro de nossa interpretação (Vilhena, no prelo) de que exista um círculo virtuoso cartonero - com essa expressão gostaríamos de fazer referência à existência de uma energia nesse fazer que acaba por colocar em movimento quem dele se aproxima.

Gostaríamos de ir aproximando-nos do fim dessa reflexão, novamente trazendo à tona o conselho do meu colega de trabalho “Caso queira a revolução, você não pode permanecer aqui no interior”. Esperamos

que esta narrativa tenha servido para desconstruir esse conselho: ainda que vivamos no interior e que aqui predomine modos de produção conservadores, existem muitos outros modos de produção – que redundam em mentalidades e modos de vida, por vezes, contra hegemônicos – que podem e devem ser visibilizados. Acredito que sempre estamos cercados de matizes revolucionários: descobrir quais são esses matizes, conferindo-lhe destaque é o que a literatura faz de melhor. De minha parte, oferecer algumas possibilidades de visibilização de tais matizes aqui, no interior do Mato Grosso, espécie de velho-oeste brasileiro, foi o que propus com essas páginas de contação de história.



### **Bibliografia**

Custódio, Regiane Cristina (2014): *Memórias da migração, memórias da profissão: Narrativas de professoras sobre suas vivências nas décadas de 1960 a 1980 (Tangará da Serra – MT)*. Porto Alegre.

Marx, Karl y Engels, Friedrich (2007): *A Ideologia Alemã*. São Paulo, Boitempo. [1845-1846].

Vilhena, Flavia (2016): *O acontecimento Eloísa Cartonera: memória e identificações*. Tese de doutorado – Universidade de São Paulo, São Paulo.

----- (no prelo): *Eloísa Cartonera: corpo, caixas, lixo e livros*.